



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PARCERIAS INSITUCIONAIS
COORDENAÇÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DE PARCERIAS

PARECER Nº 473/2024/CTAP-CGPI/SPOA-MAPA/SE/MAPA
PROCESSO Nº 21000.071244/2023-41
INTERESSADO MUNICIPIO DE ARAUA/SE

PARECER DE ANÁLISE DAS PEÇAS TÉCNICAS DE ENGENHARIA

1. ASSUNTO
- 1.1. Trata-se da análise das peças técnicas de engenharia apresentadas pelo Município de Arauá/SE, parceria celebrada com o Ministério da Agricultura e Pecuária mediante o Convênio nº 945967/2024, que tem por objeto "Recuperação e Manutenção de estradas vicinais no Município de Arauá/SE".
2. REFERÊNCIA
- 2.1. Portaria Conjunto MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de Agosto de 2023.
- 2.2. Instrução normativa - MAPA nº 25 de 2 de Julho de 2023.
3. SUMÁRIO EXECUTIVO
- 3.1. Registra-se que o convênio em epígrafe fora pactuado com a condição suspensiva de apresentação tempestiva do Termo de Referência/Projeto de Engenharia, conforme art. 24 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023, a saber:

DAS PEÇAS DOCUMENTAIS E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

Art. 24. O proponente deverá apresentar as seguintes peças documentais antes da celebração do instrumento, sendo facultado ao concedente ou à mandatária exigí-las posteriormente, desde que antes da liberação da primeira parcela dos recursos:

I - para execução de obras e serviços de engenharia:

- a) o anteprojeto, quando for adotado o regime de contratação integrada, ou o projeto básico, para os demais regimes de contratação;
- b) a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ressalvados os casos em que a responsabilidade por eventual desapropriação for delegada ao contratado, nos termos do art. 53, § 2º, inciso II;
- c) a comprovação da manifestação prévia do órgão ambiental competente ou licença prévia, comprovante de dispensa do licenciamento ambiental ou declaração de que a responsabilidade pela obtenção do licenciamento ambiental será delegada ao contratado, nos termos do art. 25, § 5º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021; e
- d) o plano de sustentabilidade;

II - para os demais objetos:

- a) o termo de referência;
- b) a comprovação da manifestação prévia do órgão ambiental competente ou licença prévia, comprovante de dispensa do licenciamento ambiental ou declaração de que a responsabilidade pela obtenção do licenciamento ambiental será delegada ao contratado nos termos do art. 25, § 5º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, salvo nos casos em que ficar comprovada a desnecessidade de apresentação do referido documento; e
- c) o plano de sustentabilidade do equipamento a ser adquirido, salvo nos casos em que ficar comprovada a desnecessidade de apresentação do referido documento.

§ 1º A apresentação e análise do projeto básico ou do termo de referência poderá ser dispensada no caso de padronização do objeto, a critério da autoridade competente do concedente, em despacho fundamentado.

§ 2º Quando as peças documentais de que trata o **caput** forem apresentadas antes da celebração do instrumento e, após as devidas complementações, receberem parecer contrário à sua aprovação, a proposta deverá ser rejeitada.

§ 3º Quando a apresentação das peças documentais de que trata o **caput** for postergada para após a celebração, o prazo para cumprimento da condição suspensiva:

- I - deverá estar fixado em cláusula específica;
- II - poderá ser de até 9 (nove) meses, contados da data de assinatura do instrumento; e
- III - poderá ser prorrogado, desde que o tempo total para cumprimento da condição suspensiva não exceda a 18 (dezoito) meses.

§ 4º Para fins do disposto no inciso III do § 3º, a solicitação de prorrogação deverá:

- I - ser apresentada pelo conveniente em até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data limite estabelecida em cláusula específica, conforme disposto no inciso I do § 3º;
- II - ser devidamente motivada pelo conveniente, com a comprovação de que iniciou os procedimentos para o saneamento da condição suspensiva; e
- III - ser analisada e aprovada pelo concedente ou pela mandatária da União.

§ 5º O cumprimento da condição suspensiva será caracterizado no momento da inserção das peças documentais pelo conveniente no Transferegov.br.

§ 6º Após o cumprimento da condição suspensiva pelo conveniente, o concedente ou a mandatária disporá do prazo de 90 (noventa) dias para:

- I - realizar a análise da documentação enviada;
- II - solicitar complementação, caso necessário;
- III - manifestar-se conclusivamente sobre a documentação apresentada; e
- IV - retirar a condição suspensiva, quando houver o aceite da documentação.

§ 7º O prazo de que trata o § 6º poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias.

§ 8º A transferência dos recursos da União deverá ser realizada somente após a retirada da condição suspensiva pelo concedente ou mandatária, observando-se as regras para liberação dispostas no art. 68, exceto nos casos de que trata o art. 25.

§ 9º Nas obras e serviços de engenharia do Nível I, o cumprimento da exigência de que trata a alínea “d” do inciso I do **caput** poderá ser feito, alternativamente, por meio da apresentação de declaração do conveniente.

§ 10. Nas obras e serviços de engenharia do Nível V, o cumprimento da exigência de que trata a alínea “d” do inciso I do **caput** deverá ser acompanhada da estimativa de viabilidade socioeconômica.

§ 11. Nas obras e serviços de engenharia de grande vulto, nos termos definidos no art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133, de 2021, não será permitida a celebração de instrumentos sem a apresentação do anteprojeto, quando for adotado o regime de contratação integrada, ou do projeto básico, para os demais regimes de contratação.

4. ANÁLISE
- DESCRIÇÃO DAS PEÇAS TÉCNICAS ANALISADAS

DOCUMENTO	SEI	ITEM	SUBITEM	

Termo de Referência / Projeto Básico	SEI (35536190)	Definição do Objeto	Prazo de Contrato prevendo possibilidade de Prorrogação	Em C
			Relatório Fotográfico	Em C
		Fundamentação da Contratação	Estudo Técnico Preliminar	Em C
		Descrição da solução como um todo	Memorial Descritivo	Em C
		Estimativas do valor da Contratação	Planilha Orçamentária	Em C
			Memória de Cálculo dos quantitativos da Planilha	Em C
			Composição do BDI	Em C
			Composições	Em C
			Cronograma Físico-Financeiro	Em C
			Projetos (Mapa croqui, Corte e Perfil Longitudinal)	Em C
			ART - Anotação de Responsabilidade Técnica (Projeto, Orçamento e Termo de Referência)	Em C
Plano de Sustentabilidade	SEI (35536185)	Plano de Sustentabilidade apresentando dados acerca dos impactos econômicos, durabilidade, manutenção do objeto, armazenamento e garantia, custos e fontes de recursos, riscos e medidas preventivas, além dos órgãos e entidades responsáveis, visando o uso racional do objeto a ser adquirido com a pactuação do instrumento.	-	Em C
Licença Ambiental	SEI (35536187)	Licença Ambiental da Estrada Vicinal	-	Em C
		Licença Ambiental da Jazida ou Declaração de Responsabilidade pela Obtenção do Licenciamento Ambiental	-	Em C
Documentos Complementares	SEI (35536189)	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de fiscalização do engenheiro responsável pelo acompanhamento da obra ou declaração do Prefeito indicando um Engenheiro como Responsável Técnico.	-	Em C
		Declaração de Conformidade em Acessibilidade e lista de verificação de acessibilidade com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).	-	Em C
		Documento de Propriedade do Terreno (Documento de domínio público da área ou declaração registrado em cartório).	-	Em C
		Declaração de Desonerado e Sem desoneração - Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015.	-	Em C

4.1. Para efeito de dar cumprimento formal aos comandos presentes na Portaria Conjunto MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de Agosto de 2023, o atendimento da condição suspensiva é fundamental para emissão de parecer favorável à aprovação do Termo de Referência/Projeto de Engenharia e continuidade do presente instrumento, que tem como valor do orçamento aprovado de R\$ 381.410,30 (trezentos e oitenta e um mil quatrocentos e dez reais e trinta centavos), e o valor do BDI 23,38% (não desonerado).

4.2. Diante do exposto, constata-se que o presente Convênio, ora analisado, apresenta-se consistente, em virtude das documentações apresentadas e enviadas no Transferegov.br, de compor-se:

- a) Dos elementos exigidos pela legislação de regência;
- b) Do objeto, metas, etapas e fases de sua execução encontrarem-se descritos de forma clara, precisa e detalhada, viabilizando o adequado acompanhamento da fiscalização, bem como, a verificação dos resultados;
- c) Os custos apresentados são compatíveis com os de referência e mercado;
- d) Apresentação de Licença Ambiental emitida pelo órgão ambiental competente;
- e) As peças de engenharia que compõem o Termo de Referência/Projeto Básico;
- f) Plano de Sustentabilidade da proposta, assinado pelo responsável proponente.

4.3. Nesse contexto, certifica-se que as peças técnicas de engenharia são tecnicamente viáveis e compatíveis com as diretrizes e estratégias do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.

5. DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA APROVADA

5.1. Conforme descrito na aba "Projeto Básico/Termo de Referência" do Sistema Transferegov.br, segue detalhamento das metas:

Descrição	Un.	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Serviços Preliminares	Un	1.0	R\$ 3.022,57	R\$ 3.022,57
Administração de Obra	Mês	3.0	R\$ 5.170,06	R\$ 15.510,20
Mobilização	Un	1.0	R\$ 5.262,37	R\$ 5.262,37
Desmobilização	Un	1.0	R\$ 5.262,37	R\$ 5.262,37
Terraplenagem	Un	1.0	R\$ 142.869,02	R\$ 142.869,02
Revestimento Primário	Un	1.0	R\$ 125.602,87	R\$ 125.602,87
Drenagem	Un	1.0	R\$ 83.880,90	R\$ 83.880,90

5.2. O Plano de Aplicação Detalhado consiste na aquisição de **obra e serviços de engenharia**, os quais estão inclusos nos objetos passíveis de apoio por meio das transferências de recursos da União para a ação pleiteada, conforme o estabelecido pela Instrução Normativa nº 25, de 12 de julho de 2023, que

homologa os produtos e serviços preferenciais passíveis de apoio por meio das transferências de recursos da União para atendimento a projetos governamentais sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e Pecuária.

5.3. Os custos específicos para cada item deverão constar no Plano de Trabalho e serão analisados a fim de efetivamente demonstrar a consonância dos cálculos com os preços praticados no mercado local e observando os princípios da economicidade, oportunidade, conveniência e razoabilidade, conforme Planilha orçamentária aprovada.

6. **RECOMENDAÇÕES - ENGENHARIA**

6.1. No ato do processo licitatório, apresentar a planilha contratada em formato XLSX, para respectiva conferência dos valores totais e unitários.

6.2. No início da execução, o executor deverá apresentar a Licença ambiental de operação da Estrada Vicinal (em casos aplicáveis) ou dispensa.

6.3. A Licença ambiental da Jazida deverá ser apresentada pelo contratado no início da execução dos serviços.

6.4. Em casos de previsão de ensaios tecnológicos, os mesmos deverão ser disponibilizados na prestação de contas, juntamente com a medição, o diário de obras e o relatório fotográfico.

6.5. Havendo necessidade de alteração de cronograma aprovado, por quaisquer motivos, deverá ser informado com brevidade e seguir as seguintes Instruções:

I - Ofício justificando a alteração.

II - Solicitação na aba "Execução Conveniente" - Ajuste do PT no "Transferegov";

7. **CONCLUSÃO**

7.1. Portanto, sob o aspecto técnico de engenharia entende-se por cumpridas as "Condições da Suspensiva".

7.2. Diante do exposto, **aprovo** as peças técnicas da Proposta em epígrafe sob os fundamentos do presente Parecer.

Atenciosamente,

Documento datado e assinado eletronicamente

BRUNA ROCHA COELHO FERRAZ PONTES
Engenheiro Civil CREA 25466/DF - Terceirizado
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA

De acordo.

Documento datado e assinado eletronicamente

CHRISTIANO ROCHA DE VASCONCELOS PADRAO
Analista Administrativo
Engenheiro CREA MG nº 140644715-3
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Rocha Coelho Ferraz Pontes, Engenheiro Civil - Terceirizado**, em 27/05/2024, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO ROCHA DE VASCONCELOS PADRAO, Analista A**, em 27/05/2024, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35536016** e o código CRC **ECA31CA8**.